

---

DISCURSO PROFERIDO POR SUA EXCELÊNCIA  
O PRIMEIRO-MINISTRO AO CURSO  
DE DEFESA NACIONAL 1991-1992

---

*Aníbal António Cavaco Silva*

DISCURSO PROFERIDO POR SUA EXCELENCIA  
O PRIMEIRO-MINISTRO AO CURSO  
DE DEFESA NACIONAL 1991-1992

---

Quero começar por saudar os Senhores Auditores do Instituto da Defesa Nacional, os Oficiais dos Cursos Superiores e os convidados aqui presentes. Devo exprimir a satisfação com que mais uma vez me associo à fase final do Curso de Defesa Nacional. Trata-se de uma realização cujo interesse tive ocasião de sublinhar em anteriores visitas, em especial o seu contributo para a consciencialização da opinião pública para as questões da defesa e da segurança nacionais.

O empenho manifestado pelos Senhores Auditores e o profícuo intercâmbio de ideias e de experiências que o Curso propicia, além de constituírem um investimento de valorização pessoal, terão sem dúvida incidências muito positivas no esforço de divulgação das matérias de defesa nacional junto da população portuguesa. Esta louvável iniciativa é, pois, um serviço de maior relevância prestado ao País pelo Instituto da Defesa Nacional, ao qual presto justa homenagem.

Debater seriamente e de forma sistemática a problemática de Defesa e Segurança do País é um exercício fundamental para fortalecer uma concepção adequada dos valores pátrios e dos interesses permanentes de uma Nação portadora de uma história de que justamente nos orgulhamos e firmemente apostada em ganhar os desafios do futuro.

Num mundo que passa por profundas e vertiginosas transformações, em que Portugal tem uma voz e é chamado a assumir novas e acrescidas responsabilidades, a concepção de Defesa e Segurança impõe mais do que nunca a necessidade de um amplo consenso nacional.

Esse consenso deve decorrer de uma reflexão aprofundada e de uma mobilização pedagógica, para as quais o Governo tem solicitado a participação activa de todos os sectores que têm em comum a aspiração ao desenvolvimento e à modernização do País, num quadro de liberdade, democracia e respeito pelo Estado de Direito.

Ocorre o final deste Curso de Defesa Nacional sete meses depois da repetição de uma maioria parlamentar indiscutível que tem permitido governar o País num clima de estabilidade política, condição basilar para o desenvolvimento nacional e o sucesso do processo de Integração Europeia.

É para mim claro que só a estabilidade política permite a execução sistemática de planos coerentes com as exigências da modernização do País. Nunca é demais avivar na memória nacional o elevado preço que Portugal teve de pagar, em atraso e em estagnação, durante a década pós-revolucionária em que o País parecia condenado a viver sob o signo de Governos efémeros e impulsos políticos de curto prazo e sem rumo certo.

A recuperação nacional dos últimos anos não foi um acidente nem obra do acaso. Foi fruto de um trabalho persistente e de políticas adequadas que possibilitaram a mobilização da vontade criativa dos portugueses e a restauração da confiança nacional.

E é tanto mais importante sublinhar esta evidência quanto as nossas respostas aos complexos desafios do presente e do futuro não se compadecem com relaxamento da vontade colectiva ou com quezílias estéreis em volta do acessório, que nos façam perder o sentido do que é essencial para a Nação Portuguesa, nesta parte final do século XX.

Os Portugueses têm hoje, como só tiveram em poucas épocas da nossa história, fortes razões de esperança. Ao apresentar o seu programa de acção, em Novembro de 1991, o XII Governo Constitucional procurou interpretar esse sentido de esperança, inequivocamente manifestado no acto eleitoral, e dar continuidade ao ciclo de desenvolvimento e de progresso encetado há meia dúzia de anos.

A anterior legislatura foi a legislatura da recuperação nacional e da concretização das reformas estruturais que há muitos anos vinham sendo proteladas. Queremos que a presente legislatura seja a legislatura da plena afirmação de Portugal como um País moderno e imune ao retrocesso.

O Governo tem trabalhado para tornar Portugal mais forte dentro das suas fronteiras antes da abolição total das fronteiras no grande espaço da Europa Comunitária de que fazemos parte.

Estamos perante um desafio verdadeiramente histórico: conseguir, em prazo relativamente curto, recuperar os atrasos e ultrapassar as debilidades estruturais que nos mantinham afastados do conjunto das nações mais desenvolvidas da Europa.

É condição necessária para ganhar esse desafio conseguir para o País um crescimento económico superior ao da média dos nossos parceiros comunitários.

A materialização deste objectivo estratégico mobiliza as melhores energias do Governo e implica a participação consciente de todas as forças criativas da sociedade portuguesa.

Estamos em plena batalha pelo desenvolvimento e modernização e as armas que temos de brandir hoje, num mundo cada vez mais interdependente, onde as barreiras cedem lugar a espaços integrados, são, a par das políticas adequadas, as armas do trabalho, da competitividade, da confiança, da eficácia, da vontade de vencer e do patriotismo.

Esse desígnio nacional que é colocarmos Portugal no pelotão da frente dos países da Comunidade Europeia reclama um espírito de renovação constante e de confiança nas possibilidades nacionais.

A situação actual da *economia* portuguesa é, antes de mais, o resultado de uma estratégia simples e clara que, no essencial, passa por um sólido crescimento, acompanhado por fortes mudanças estruturais e um esforço determinado de estabilização financeira. Esta tem sido, de forma consistente, a via seguida desde 1986. Os resultados são hoje patentes.

O produto nacional cresceu, em média, perto dos 4 por cento nos últimos 4 anos, mantendo-se sempre acima da média comunitária. Portugal teve, juntamente com a Espanha, a taxa de crescimento médio mais elevada da Comunidade Europeia no período 86/91. Deste modo, ao longo de toda a nossa permanência na Comunidade, Portugal tem vindo, sistematicamente, a reduzir o fosso que o separava dos seus parceiros.

Este crescimento foi mantido, em primeiro lugar, devido a um grande esforço de investimento o qual cresceu, em média, perto de 7,5 por cento ao ano. O consumo, pelo seu lado, cresceu quase 5 por cento, em média, nos últimos 4 anos.

A manutenção da vantagem de crescimento face aos nossos parceiros foi particularmente importante no último ano. Na verdade, o mundo assistiu recentemente a uma desaceleração geral de crescimento que, em algumas zonas, foi mesmo de recessão.

A recessão mundial de 1991 pode hoje ser caracterizada em termos bastante rigorosos. O produto nacional caiu 0,5 por cento nos EUA, e 1,9 por cento no Reino Unido. Em média a CEE cresceu só 1,3 por cento, um

ponto percentual abaixo de Portugal. Mais sensível ao clima recessivo, o investimento caiu 4,7 por cento nos EUA e 10,7 por cento no Reino Unido, enquanto a média Comunitária descia 0,4 por cento.

Neste quadro internacional recessivo, a dinâmica portuguesa toma contornos mais salientes. Na verdade, e para além do crescimento sustentado que atrás referi, alguns outros indicadores mostraram também evoluções favoráveis.

No campo essencial da estabilidade financeira e monetária verificam-se avanços importantes.

Portugal registou a maior descida da taxa de inflação na Comunidade de 1985 a 1991, quase 8 pontos percentuais. Essa tendência manteve-se no ano passado. Assim, a taxa média de inflação desceu de mais de 13 por cento, para baixo dos 10 por cento em menos de um ano. O último valor disponível, para Abril, é de 9,7 por cento, resultado que é mesmo mais favorável do que o valor acordado na concertação social.

Mas é essencial referir que o crescimento e a estabilização foram conseguidos sem pôr em causa os equilíbrios externos e internos da economia. O Défice da Balança de Transacções correntes mantém-se abaixo de 1 por cento do PIB, o que mostra que a situação externa está controlada. Por outro lado, a taxa de desemprego manteve-se próxima dos 4 por cento.

É difícil subestimar o significado deste valor para a taxa de desemprego. O facto de Portugal ter, desde 1988, a taxa mais baixa da Comunidade, a seguir ao Luxemburgo, é um elemento central na política económica do Governo. Na verdade, a situação de virtual pleno emprego em que o País vive há anos tem profunda consequência não só no equilíbrio da economia, mas em todo o tecido social e na reestruturação do aparelho produtivo.

Todos estes resultados económicos manifestam-se na vida real das famílias. É hoje comum dizer-se que Portugal está diferente e é fácil encontrar indicadores que testemunhem esse facto. Como exemplo, pode referir-se que, no ano passado, 93 por cento das famílias portuguesas tinham frigorífico, contra 86 por cento em 1987. Nesse mesmo ano, 55 por cento das famílias tinham telefone e 47 por cento automóvel, enquanto em 1987 essas percentagens eram de 33 e 36 por cento, respectivamente.

Mas o período desde 1986 não foi apenas uma fase de crescimento para a economia portuguesa. Esse tempo foi aproveitado para profundas e influentes reformas estruturais que melhoraram a eficiência do funcionamento da economia.

Das múltiplas reformas realizadas podem sublinhar-se as seguintes: a reforma e a liberalização do sistema financeiro, a reforma da Administração Pública, a reforma da legislação laboral e do sistema fiscal, a reforma do Sistema Educativo, a estabilização do quadro da posse da terra, a construção maciça de infra-estruturas físicas.

O processo de privatizações representa uma das apostas estruturais mais importantes.

Ao reduzir o peso do Estado na economia e incentivar a eficiência e transparência nos mercados, o processo de privatizações melhorou as condições de desenvolvimento do País. Também a reforma fiscal funcionou como um forte promotor do crescimento. Através dela se simplificaram e clarificaram as relações financeiras do Estado com a economia real, se atenuaram os factores de ineficiência e se melhorou a equidade fiscal.

Mas a principal «reforma estrutural» que Portugal experimentou foi sem dúvida a *Integração Comunitária*. É hoje claro para todos que Portugal participa plena e activamente na Comunidade Europeia. O novo quadro comunitário, resultante da Cimeira de Maastricht, lançou a Europa, e Portugal com ela, num grande projecto à escala mundial com possibilidades acrescidas de influência.

Na sua dimensão económica, a União Europeia consiste na realização específica da União Económica e Monetária. Este projecto representa a mais influente dinâmica da economia mundial do final do século XX. Vários pilares fundam esta construção.

O elemento mais importante é, certamente, a concretização do Mercado Interno já a partir do início de 1993. Este projecto de criação de um grande espaço unificado é o pilar central dos futuros desenvolvimentos comunitários. Daí que a Presidência Portuguesa o tenha considerado como prioridade absoluta.

Como coadjuvante a este Mercado Interno, a recente assinatura, no Porto, do Acordo do Espaço Económico Europeu, entre a CEE e a EFTA, é um desenvolvimento da maior relevância. Na verdade, o acordo entre os 18 países das duas organizações, criando o maior espaço de livre comércio do mundo, reveste-se de importância verdadeiramente histórica.

Ao lado do grande mercado único, outros elementos compõem o caminho para a União Económica e Monetária. A adopção da moeda única é, sem dúvida, um dos mais importantes. O processo de aproximação das políticas monetárias e cambiais entre os estados membros tem vindo a desen-

rolar-se sem grandes problemas. Daí a fixação irreversível da adopção da moeda única, no início da terceira fase da UEM, antes do fim da década ou até, provavelmente, já a partir de 1997.

Desde o início do mês passado, Portugal participa plenamente no mecanismo de taxas de câmbio do SME. Trata-se de um contrato de garantia do valor da nossa moeda que nos traz vantagens e impõe responsabilidades acrescidas. Assim, a convergência nominal deixou de ser uma mera aspiração para passar a constituir uma necessidade essencial para a plena integração da economia portuguesa na Comunidade e para reforçarmos a nossa posição no mercado único.

A luta contra a inflação, que é um dos grandes objectivos do Governo, assume agora um carácter de obrigatoriedade nacional. É preciso que tenhamos a consciência de que a luta contra a inflação é hoje uma tarefa nacional, que envolve o Governo mas também os diferentes sectores do sistema produtivo, o que exige sentido de responsabilidade no diálogo e concertação social.

A Presidência Portuguesa, no primeiro semestre de 1992, ocupa uma posição particularmente estratégica na consolidação do grande projecto da União Europeia. Foi nessa perspectiva que o Governo traçou o seu programa.

Para além da realização do mercado interno, que consideramos a base e o ponto de partida para a União Europeia que estamos a criar, outras questões comunitárias merecem a atenção especial da Presidência.

Nas suas prioridades incluiu-se o firme propósito de dar um impulso na dimensão social da Comunidade, quebrando a relativa estagnação que este domínio tinha conhecido nos últimos anos.

Pode já afirmar-se que este objectivo está a ser atingido como, nomeadamente, o comprovam os resultados do último Conselho de Ministros dos Assuntos Sociais, onde se conseguiram consideráveis avanços nos processos de adopção de diversas directivas que concretizam a Carta dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores.

Por outro lado, o Tratado que institui a União Europeia alarga consideravelmente a acção comunitária em diversos domínios, como os da promoção industrial, da educação, do ambiente, e prevê o reforço da coesão económica e social, como uma das condições essenciais para a construção da União Europeia.

Este alargamento de competências exige, naturalmente, a reforma de diversos regimes e mecanismos comunitários e da sua correspondente expressão financeira. Neste sentido a Comissão apresentou já, em meados de Fevereiro

último, um conjunto de propostas que constitui o que habitualmente se designa por Pacote Delors II.

Conscientes de que muito do êxito e até da viabilidade do Tratado da União Europeia depende de decisões atempadas nesta matéria, a Presidência atribui a maior importância a este «dossier» que, além do mais, condiciona decisivamente a questão do «alargamento».

Esperamos que os calendários possam ser cumpridos e que se consiga um acordo político sobre o Pacote Delors II no Conselho Europeu de Lisboa, objectivo que contará com a determinação política da Presidência Portuguesa.

Outro dos «dossiers» prioritários desta Presidência é o que se refere à Reforma da Política Agrícola Comum.

Tornar a PAC mais competitiva e eficiente, sem deixar de apoiar o meio social e cultural agrícola é o objectivo. A substituição de preços garantidos excessivamente elevados por auxílios aos agricultores representa um melhoramento técnico importante que melhora a eficácia do sector.

As negociações desta reforma, com implicações em outros «dossiers», estão entre as mais delicadas que cabem à Presidência Portuguesa. Têm sido registados progressos importantes, mas permanecem ainda algumas incertezas.

O «Uruguay Round» do GATT, onde a Comunidade participa de forma concertada, é o mais arrojado plano de liberalização do comércio mundial da História. A vastidão e dificuldade destas negociações são patentes. O debate entre a Comunidade e os Estados Unidos no sector agrícola representa apenas um dos múltiplos campos em negociação. Esta é dirigida pela Comissão, cabendo à Presidência o papel de acompanhamento. Consideramos que um falhanço do «Uruguay Round» teria consequências muito negativas para a economia mundial e por isso nos temos empenhado fortemente na criação de condições que permitam um compromisso político aceitável para as diferentes partes.

O grande projecto do Mercado Único inclui como objectivo a livre *circulação de pessoas* no espaço comunitário, o que obrigou os Estados membros a procurar harmonizar as suas políticas neste domínio.

Com este objectivo em mente, o Tratado da União Europeia instituiu mecanismos de cooperação entre os Estados membros sobre questões relativas à política de asilo, à imigração e à residência e circulação no espaço comunitário de cidadãos de terceiros países.

Face à crescente pressão migratória exercida sobre quase todos os países da Comunidade, que se reflecte também no crescente número de pedidos de asilo injustificados, que encobrem apenas situações de imigração, a harmonização das políticas dos Doze tornou-se condição indispensável para a concretização da livre circulação de pessoas.

Consciente desta realidade, Portugal solicitou em 1990 a adesão ao Acordo de Shengen, que tem por objectivo a supressão gradual dos controlos das fronteiras comuns das partes contratantes.

Há, porém, que garantir o equilíbrio entre a liberdade de circulação e a segurança interna.

A Europa, como espaço próspero e organizado, constitui um irresistível pólo de atracção, que se acentua à medida que cresce a disparidade de rendimentos em relação às regiões periféricas.

Para além de cerca de 8 milhões de imigrantes legais, cuja situação é passível de controlo, coexistem na Europa cerca de 3 milhões de clandestinos, que concorrem para o alargamento de bolsas de degradação social, que geram tensões e ameaças à segurança interna.

A droga e a criminalidade que lhe está associada encontram terreno fértil nestes ambientes que, por sua vez, suscitam radicalismos e reacções de violência.

Não há país isolado nem políticas nacionais que, só por si, consigam dar resposta completa a estes problemas.

A luta contra a imigração ilegal, contra a droga, contra o terrorismo, o tráfico de armas e a grande criminalidade, são preocupações comuns que exigem cooperação acrescida.

À supressão de controlo nas fronteiras internas vai necessariamente corresponder um controlo acrescido nas fronteiras externas e o desenvolvimento de sistemas de intercâmbio de informações.

O Governo já tomou iniciativas legislativas para aplicação de regras harmonizadas com a Europa, em relação à circulação e permanência de cidadãos não comunitários no nosso território.

Simultaneamente possibilitou-se extraordinariamente a regularização da situação de imigrantes ilegais, através de programas semelhantes aos realizados em Espanha, França e Itália.

A finalidade é criar uma situação corrigida, que depois será mantida com uma acção muito rigorosa no controlo da fronteira externa.

Na área de segurança interna, Portugal está a reorganizar o controlo nos aeroportos, seguindo-se no próximo ano os portos, como principais pontos de entrada pela fronteira externa.

Importa também sublinhar que uma das principais linhas de força do Tratado da União Europeia assinado em Maastricht é a vontade clara de afirmar uma *identidade política europeia*.

Trata-se de um desenvolvimento lógico do processo de integração europeia e também da resposta necessária às profundas mutações registadas no nosso continente e na cena internacional nos últimos anos.

A decisão tomada em Maastricht de instituir uma Política Externa e de Segurança Comum, que poderá incluir a prazo uma política de defesa comum, é um dos aspectos mais inovadores do Tratado, que mostra bem que a Comunidade está ciente das responsabilidades que deverá assumir neste domínio em ordem a reforçar o seu papel na cena internacional.

A Presidência Portuguesa tem vindo a elaborar um documento estratégico sobre este assunto que será submetido ao Conselho Europeu de Lisboa e que definirá já os principais critérios e campos de aplicação da nova Política Externa e de Segurança Comum. Ninguém tem ilusões de que a sua concretização prática no decorrer dos próximos anos seja uma tarefa simples.

Trata-se, afinal, de compatibilizar as políticas de Doze Estados, com histórias e tradições de relacionamento internacional mutisseculares e com interesses nem sempre coincidentes.

Mas a complexidade da tarefa não é razão para não avançarmos nela, sobretudo se tivermos em conta a importância do que está em jogo e a certeza de que existem importantes interesses em comum. Para os críticos profissionais é fácil lamentar as limitações da Europa actual, criticá-la, em suma, pelo que ela ainda não é. Mas o mais importante é, neste momento, trabalhar para que a Europa venha a ser uma realidade cada vez mais actuante na cena internacional.

Nesta matéria Maastricht foi um passo no rumo certo. A Europa atravessa uma fase conturbada, como os acontecimentos na ex-Jugoslávia nos recordam todos os dias. As novas democracias na Europa Central e Oriental permanecem muito vulneráveis e ninguém pode afirmar com segurança absoluta qual será a configuração política a emergir da ex-União Soviética.

Mas ninguém poderá negar que a Comunidade tem, em qualquer dos casos, assumido um papel de liderança, procurando criar condições para o florescimento de instituições e hábitos democráticos, alicerçados em sólidas

economias de mercado. Mas terão que ser os novos países a dar os passos decisivos nessa caminhada.

O que podemos fazer e estamos a fazer é ajudar estes países a ajudarem-se a si próprios. No final da próxima semana realizar-se-á em Lisboa uma importante conferência sobre o auxílio à Comunidade de Estados Independentes, exercício em que a Comunidade tem desempenhado um papel preponderante.

Também no caso da Jugoslávia não penso que se possa censurar a Comunidade por não ter estado à altura das suas responsabilidades, atendendo aos meios ao seu dispor. Pelo contrário, continuamos na primeira linha dos esforços para obter uma solução negociada, num contexto que é de guerra civil aberta e nacionalismos exacerbados.

Se a lógica das realidades nos impõe atenção especial na Europa Central e Oriental, a Presidência Portuguesa, na linha da nossa melhor tradição de diálogo com outros povos e continentes, elegeu também como área prioritária da sua actuação o reforço das relações com países do Hemisfério Sul.

Os problemas do subdesenvolvimento económico, da demografia e da instabilidade política que obsevamos em muitos desses países, são também cada vez mais problemas nossos, que seria um enorme risco ignorarmos. Acresce que em alguns deles — caso do Médio Oriente e do Magrebe — é a nossa segurança próxima que está em causa.

Na minha recente visita à Tunísia tive oportunidade de sublinhar a importância que atribuímos ao reforço das relações da Comunidade com os países do Mediterrâneo. Desejamos um diálogo multifacetado, que inclua não só aspectos económicos mas também uma dimensão política.

O reforço desse diálogo, num período em que o fundamentalismo islâmico introduz novos factores de perturbação e incerteza, é crucial para garantirmos a estabilidade do flanco Sul.

Também em África continua a caber à Europa um papel decisivo e insubstituível. As persistentes dificuldades económicas naquele Continente, que ameaçam as tentativas que têm surgido nos últimos anos de instauração de regimes pluralistas baseados em Estados de Direito, requerem uma atenção e um apoio continuados. As dificuldades que o continente africano enfrenta têm razões profundas e complexas que não será fácil vencer. Seria um erro de proporções incalculáveis deixar a África entregue a si mesma, negando-lhe a solidariedade que damos a outros.

O sucesso do processo de integração europeia tem tido um efeito polarizador no continente. A criação de um Mercado Único reforçou noutros países europeus o desejo de se associarem a este projecto.

Vários países da EFTA apresentaram entretanto a sua candidatura à Comunidade Europeia, estando outros a encarar a mesma hipótese. É por outro lado conhecido o desejo de várias das novas democracias do Centro da Europa, em particular a Polónia, a Hungria e a Checoslováquia, de virem a aderir à Europa Comunitária, que encaram como uma âncora para fixar os seus regimes democráticos e de economia de mercado.

Em Maastricht foi reafirmado que o projecto europeu é um projecto aberto, pronto a receber todos os países que queiram e estejam em condições de a ele se juntar. Na sua base está um apego profundo aos valores da civilização europeia.

Mas a partir de agora não somos apenas uma Comunidade Económica Europeia. Seremos uma União Europeia, com critérios de funcionamento e cooperação mais exigentes, que nos permitirão afirmar mais claramente a identidade da Europa.

O alargamento da Comunidade não poderá assim constituir um retrocesso no caminho já percorrido, ou corresponder a um enfraquecimento ou diluição do que já foi conseguido.

Trata-se por isso de um processo em que haverá que avançar com realismo. Alguns países, como é o caso dos países membros da EFTA, estão obviamente em melhores condições de se inserir na vida comunitária. Outros têm um caminho mais longo a percorrer. A todos interessará que o alargamento se traduza num reforço da Comunidade.

No próximo Conselho de Lisboa debruçar-nos-emos sobre esta problemática. Importa que se entre no processo de alargamento com ideias claras. Com tarefas tão importantes à sua frente, como a ratificação e consolidação de Maastricht e a afirmação de uma voz europeia na cena internacional, a Comunidade não pode envolver-se num processo de negociação permanente, provocado por sucessivas adesões e sucessivas mudanças institucionais, que poderia paralisar o seu funcionamento.

Uma breve referência também à questão da segurança europeia.

De um mundo perigoso mas de leitura simples, baseado numa ordem bipolar, passámos para uma nova realidade onde o poder tem cada vez mais dimensões diferentes para além da militar, onde os actores são mais numerosos e as *ameaças* têm contornos menos claros e previsíveis.

Não duvidamos, contudo, que o nosso principal quadro de segurança continua a ser euro-atlântico. Creio que os europeus não duvidam da importância de se manter uma presença e um envolvimento dos nossos parceiros norte-americanos na Segurança europeia. Partilhamos os mesmos valores; temos uma experiência de colaboração acumulada que é preciosa; temos uma visão semelhante do que deve ser a nova ordem internacional.

As dificuldades são outras. A primeira é a redefinição do papel norte-americano na Europa, sobretudo num momento em que as correntes isolacionistas se fazem sentir com particular intensidade no outro lado do Atlântico. A segunda é a identificação das novas ameaças e dos meios para lhe fazer face.

Relativamente a ambas as questões avançámos já alguma coisa. As decisões tomadas na Cimeira da OTAN do ano passado, que definiram o novo conceito estratégico da Aliança, trouxeram uma primeira resposta. Outro passo importante foi a clarificação das relações entre a OTAN, por um lado, e a UEO e a emergente identidade de Segurança e defesa europeia, por outro, nomeadamente a garantia de que elas se farão com base em critérios de transparência e complementaridade.

A fluidez e a imprevisibilidade da situação actual exige-nos contudo uma atenção constante. O conceito de um sistema de estruturas interdependentes que inclua a OTAN, a UEO e a CSCE, para a qual cada uma destas instituições contribuiria com aquilo onde comparativamente tem mais vantagem, merece ser desenvolvido e aprofundado. Com efeito, parece termos entrado definitivamente num mundo mais complexo, para o qual necessitamos de um leque diferenciado de respostas.

A OTAN apresenta-se ainda como um valor seguro em que deveremos continuar a investir. A mutação rápida das circunstâncias internacionais e o aparecimento de novos quadros de ameaça e instabilidade aconselham-nos contudo a que diversifiquemos as capacidades de reacção e resposta. Já o começámos a fazer ao dotar a União Europeia de uma identidade própria neste domínio. Continuaremos na mesma via quando daqui por algumas semanas, na Cimeira de Helsínquia, dotarmos a CSCE de meios acrescidos de intervenção na resolução de conflitos.

No plano militar, o novo conceito OTAN prevê, como é sabido, a redução de forças, garantindo uma presença militar suficiente e uma organização flexível das forças da Aliança.

Portugal mantém uma contribuição de forças adequada à nossa dimensão e ao nosso peso relativo. Vamos manter a participação na estrutura militar da OTAN e afirmaremos a nossa presença nos vários tipos de forças previstas no novo conceito.

Depois de Maastricht ficou clarificada a posição da UEO, que prefigura a entidade de defesa da Europa, havendo porém que garantir a compatibilidade e coordenação com a OTAN.

A UEO procura já planear a constituição de forças para acções humanitárias, para a manutenção de paz e para conflitos de baixa intensidade. Portugal deu também a sua concordância para a constituição de uma Célula de Planeamento Militar, na qual deseja participar.

Têm surgido interpretações diversas sobre o estatuto destas forças. Portugal considera as forças que põe à disposição da UEO segundo o princípio de duplo cometimento, isto é, forças que saem daquelas que atribuímos à Aliança. Há outros países da Aliança que defendem um critério semelhante.

Mas tanto as forças em dupla atribuição como as forças específicas para a UEO são úteis e desejáveis.

O que é importante é garantir a tomada de decisões ajustadas a cada situação, seja no âmbito da OTAN, seja no da UEO.

A crise da Jugoslávia reacendeu debates sobre a questão da Europa não ter um aparelho militar próprio.

Mas é difícil imaginar que a evolução do conflito da Jugoslávia seria diferente, caso já existisse uma força europeia.

Quer nos agrade quer não, pertencem ao passado os tempos em que competia às grandes potências policiar militarmente os seus vizinhos mais instáveis e perturbadores.

Importa reconhecer que só é possível interpor forças de paz quando é obtido cessar fogo e há vontade das partes para cumpri-lo.

Neste caso, o empenhamento europeu é bem atestado pelos seus monitores que, no terreno, não se têm furtado a esforços e a riscos. Portugal, como Presidência, tem estado no centro da acção, de uma forma bem visível, activa e empenhada.

É tendo presente as alterações estratégicas ocorridas nos últimos anos que o novo conceito de serviço militar aponta para um correcto balanceamento entre o pessoal em serviço obrigatório e os voluntários e contratados. Estes possibilitarão a formação de uma componente operacional, com grande disponibilidade e eficiência.

O Governo está consciente que na fase de transição e até ser atingido o completo equilíbrio do novo sistema, poderão surgir algumas dificuldades, as quais vão ser superadas com empenhamento e com espírito de serviço de todos os intervenientes.

O Governo vai este ano apresentar a proposta da 2.<sup>a</sup> Lei de Programação Militar, para prosseguir o reequipamento das Forças Armadas.

O reequipamento deve ser entendido como a progressiva e continuada modernização, escalonada no tempo, tendo em atenção a capacidade para operar, manter e sustentar os equipamentos que sejam adquiridos.

Os custos são, como se sabe, muito elevados, havendo que fazer opções necessárias em face dos recursos disponíveis, por forma a viabilizar a satisfação das prioridades mais imperativas.

No que se refere a África, a adesão de Portugal à Comunidade permitiu potenciar as nossas capacidades de *cooperação* com países desse continente, e em particular com os cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Com efeito, para além da extensa rede de acordos bilaterais nos vários domínios da cooperação que hoje liga Portugal a cada um desses países, temos conseguido desenvolver com êxito diligências junto da Comunidade com vista à canalização de apoios aos cinco PALOP's.

Um exemplo recente e particularmente significativo deste tipo de iniciativa levada a cabo por Portugal foi a que conduziu ao reconhecimento dos cinco PALOP's como Grupo Regional no âmbito da Convenção de Lomé. Este reconhecimento permitiu que se avançasse entretanto na elaboração de um Programa Indicativo Regional para este Grupo de Países. Está-se agora a trabalhar no sentido de assegurar que a discussão desse Programa seja feita ainda durante a Presidência Portuguesa.

Também em relação ao processo de paz em curso em Angola foi possível obter a afectação de uma verba especial de 75 MECUS. Esta decisão da Comunidade relativamente a Angola é verdadeiramente inédita e constitui porventura um exemplo a ser seguido no que se refere a outros países onde decorrem esforços para resolução de conflitos.

Constitui motivo de particular satisfação para Portugal o facto desta decisão ter sido tomada na sequência da visita que a «troika» de Ministros do Desenvolvimento efectuou a Angola, em Fevereiro último, por iniciativa portuguesa.

Portugal tenciona continuar a dedicar uma atenção especial a África e em particular aos PALOP's, quer no plano bilateral quer no âmbito da sua actuação nas instâncias comunitárias.

Continuaremos, nomeadamente, a acompanhar como observadores o processo de paz de Angola e a seguir de perto o processo negocial em curso no que se refere a Moçambique, podendo vir a ocupar em breve uma posição mais interveniente.

No âmbito bilateral, a cooperação militar com os PALOP's é uma área sensível e importante, que tem vindo a ser desenvolvida com base na valorização do factor humano e na formação de quadros ajustados às necessidades reais dos países.

Este objectivo está a ser conseguido com economia de meios.

Para cada país foi acordado um programa-quadro, a partir do qual se desenvolvem projectos específicos a realizar nesses países, reservando os cursos em Portugal para os casos de formação essencial ou muito técnica.

Esta área de cooperação tem decorrido de forma muito satisfatória e considero-a bem articulada e coerente. Os PALOP's não poderão deixar de sentir que há uma grande seriedade de intenções na cooperação militar, o que é certamente compensador e constitui uma garantia de estabilidade de relações com povos a que nos ligam séculos de história em comum.

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Estamos a viver uma aventura colectiva que é a construção de uma União Europeia onde os factores de convergência se sobrepõem aos egoísmos nacionais. Portugal, sem descurar a sua vocação atlântica e a sua importante relação estratégica com outros continentes, tem tudo a ganhar com o avanço do processo de integração europeia, no respeito pelo princípio da subsidiariedade.

Nenhum país é uma ilha. E a melhor maneira de defender hoje o interesse nacional do nosso país é influir na definição do destino colectivo de uma comunidade de Estados e de povos, unidos por solidariedades fundamentais e por projectos comuns de desenvolvimento e modernidade.

Portugal e os Portugueses sofreram já danos suficientes durante décadas de isolamento e com a estatização forçada de sectores vitais da sua economia. Não se poderá agora confundir a partilha da soberania com um qualquer suposto sacrifício ou suposta alinação da identidade nacional. Este é um processo em que o País será dador mas simultaneamente receptor. Afinal, o isolacionismo é que poria em causa a soberania nacional.

Nesta época de ampla interdependência internacional, seja a nível político, económico ou cultural, um país isolado não tem força para ser ouvido e fica à mercê de decisões que lhe são estranhas. Hoje em dia, a soberania exerce-se e defende-se através do diálogo e da concertação de políticas numa esfera supranacional, através da participação num processo de tomada de decisões colectivas, que respeitem, reflectam e valorizem a especificidade de cada Estado, os seus valores próprios e a sua identidade nacional.

A assinatura do Tratado de Maastricht representou um passo significativo no caminho da União Económica e Monetária e da União Política. Trata-se agora de fortalecer a coerência interna e a capacidade de intervenção da Europa no contexto mundial, sobretudo no que toca ao diálogo e à cooperação com outros dois blocos: os Estados Unidos e Canadá e o Japão.

Trata-se também de responder a questões fundamentais que estão em aberto, como a do alargamento da Comunidade dos Doze e a da articulação entre a Europa Geográfica e a Europa Política. Os importantes problemas comuns — da defesa e segurança à protecção do ambiente — requerem vastos consensos e determinam uma lógica de continentalização das soluções concretas.

Portugal participa no processo de construção europeia com vantagens relativas que constituem garantias nacionais e acerca das quais os Portugueses devem ter uma clara consciência. A coesão nacional, a língua comum, a inexistência de divisões étnicas e a paz civil são algumas das nossas características próprias que nos cumpre consolidar, para que o País possa reagir e agir como uma totalidade criadora.

O Governo está a dar todo o seu esforço e capacidade num trabalho incansável para ganhar o futuro para Portugal. Estou certo que os Portugueses saberão conquistar por sua obra e esforço o lugar que lhes é devido. A década de 90 pode ser, vai ser, a década da afirmação de Portugal como País moderno e desenvolvido.

15 de Maio de 1992.

*Aníbal António Cavaco Silva*  
Primeiro-Ministro